



Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas



CONAQ e a Coordenação estadual do Amapá repudiam avanço na liberação para exploração de petróleo na Foz do Amazonas

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e a Coordenação do Estado do Amapá (CONAQ AP) vêm a público **manifestar repúdio e profunda desaprovação** à recente liberação da Petrobras para a campanha pré-operacional na bacia da Foz do Amazonas, um passo crucial para a exploração de petróleo na região.

Para nós, povos quilombolas que habitam e dependem diretamente dos rios, florestas e do vasto oceano, essa decisão representa **uma ameaça iminente e inaceitável ao nosso modo de vida, à nossa cultura e à nossa própria existência.**

A Bacia da Foz do Amazonas não é apenas uma área de potencial petrolífero; é o nosso território ancestral, o berço de nossa história e a fonte de nosso sustento. Nossas comunidades vivem em profunda conexão com a natureza, e qualquer dano a esse ecossistema frágil e vital terá um impacto devastador e irreversível em nossas vidas. **A ausência de consulta aos povos afetados não é um erro técnico, é uma violação de direitos humanos. É desrespeito institucionalizado, promovido sob o manto de um falso discurso de desenvolvimento.**

Em nome das populações quilombolas do Amapá e de todo o Brasil, **a CONAQ estende esta manifestação de repúdio ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre**, que contribuiu para que os direitos e territórios de populações tradicionais e a própria biodiversidade, afetados pela exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, **sejam transformados em moeda de troca política no Congresso Nacional**, onde a destruição ambiental e a supressão de direitos são consideradas “vitórias políticas”. A Alcolumbre e aos demais parlamentares que corroboram com tais violações, lembramos que **não há vitória onde existe silenciamento.**

E não existe avanço quando há atropelo à Constituição e às Convenções Internacionais das quais o Brasil é signatário.



Acreditamos que a aprovação do Plano de Proteção e Apoio à Fauna Oleada (PPAF), apesar das ressalvas e críticas técnicas do próprio Ibama, é uma afronta à nossa segurança e aos direitos dos povos tradicionais. A “possibilidade remota” de sucesso de um plano de resgate em caso de derramamento de óleo, como apontado pela equipe técnica, não nos dá nenhuma garantia. Pelo contrário, ela apenas reforça nosso temor de que **as medidas propostas pela Petrobras são insuficientes e irresponsáveis diante dos riscos de um desastre ambiental em proporções catastróficas.**

Não podemos aceitar que nossos territórios sejam transformados em zonas de sacrifício em nome de um lucro que não nos beneficia. Nossas tradições, nossa pesca artesanal, nossa agricultura de subsistência e a saúde de nossos filhos e netos estão em jogo. Um vazamento de óleo seria uma sentença de morte para muitas de nossas comunidades, poluindo nossos rios, matando nossos peixes e inviabilizando a continuidade de nossa vida tradicional.

Exigimos que a voz dos povos quilombolas, e de todos os povos tradicionais da Amazônia, seja ouvida e respeitada. **Nenhuma decisão sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas deve ser tomada sem a nossa consulta prévia, livre e informada, conforme previsto na Convenção 169 da OIT.**

Diante disso, exigimos:

- O respeito irrestrito à Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Estado brasileiro, por meio da garantia da consulta prévia das comunidades afetadas em todas as etapas de licenciamento da atividade de exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas;
- A responsabilização dos agentes públicos e políticos que têm promovido essa agenda de devastação e exclusão.

Reiteramos nosso compromisso com a defesa de nossos territórios e da vida na Amazônia. Continuaremos mobilizados e lutando contra qualquer projeto que ameace nossa existência e a integridade de nosso meio ambiente. **Nenhuma decisão sobre nós, sem nós!**

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Amapá, CONAQ AP.

Brasília, 20 de maio de 2025.